



UNIÃO DAS MISERICÓRDIAS
PORTUGUESAS

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EXERCÍCIO 2017

Índice

• Balanço em 31 de dezembro de 2017.....	4
• Demonstração de Resultados em 31 de dezembro de 2017	5
• Demonstração dos Fluxos de Caixa em 31 de dezembro de 2017.....	6
• Demonstração das Alterações no Capital Próprio em 31 de dezembro de 2017	7
• Anexo	
1 Nota Introdutória.....	9
2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras	9
3 Principais Políticas Contabilísticas	9
3.1 Base de Apresentação	10
a) Pressuposto da continuidade.....	10
b) Regime do acréscimo	10
c) Consistência de apresentação.....	10
d) Classificação dos ativos e passivos não correntes.....	10
e) Passivos contingentes	10
f) Passivos financeiros	10
g) Eventos subsequentes.....	10
h) Derrogação das disposições do SNC	10
3.2 Ativos fixos tangíveis	11
3.3 Propriedades de investimento	12
3.4 Ativos intangíveis	12
3.5 Imparidade de ativos fixos tangíveis e intangíveis	12
3.6 Participações financeiras em subsidiárias.....	13
3.7 Inventários.....	14
3.8 Ativos e passivos financeiros.....	14
a) Clientes, utentes e outras contas a receber.....	14
b) Caixa e depósitos bancários	14
c) Fornecedores e outras contas a pagar.....	14
d) Financiamentos bancários	15
e) Locações.....	15
f) Ativos financeiros detidos para negociação.....	15
g) Ativos não correntes detidos para venda	16
3.9 Provisões	16
3.10 Rédito e regime do acréscimo	16
3.11 Subsídios e Doações.....	17
a) Subsídios	17
b) Doações.....	17
3.12 Impostos sobre o rendimento.....	17
3.13 Juízos de valor críticos e principais fontes de incerteza associadas a estimativas.....	17
3.14 Acontecimentos subsequentes	18



4	Fluxos de caixa.....	18
5	Alterações de Políticas Contabilísticas e Correções de Erros.....	18
6	Ativos fixos tangíveis.....	19
7	Ativos intangíveis.....	20
8	Participações financeiras.....	20
9	Inventários.....	21
10	Imposto sobre o rendimento.....	22
11	Ativos financeiros.....	22
11.1	Outras aplicações financeiras.....	23
11.2	Clientes / Utentes.....	23
11.3	Outras contas a receber.....	24
12	Fundadores / Patrocinadores / Doadores / Associados / Membros.....	24
13	Diferimentos.....	25
14	Fundos Patrimoniais.....	25
15	Provisões.....	26
16	Passivos financeiros.....	27
17	Financiamentos obtidos.....	28
18	Estado e Outros Entes Públicos.....	29
19	Rédito.....	30
20	Subsídios, Doações e Legados à Exploração.....	31
21	Fornecimentos e Serviços externos.....	31
22	Gastos com o pessoal.....	32
23	(Gastos) / Reversões de Depreciação e de Amortização.....	33
24	Outros Rendimentos e Ganhos.....	33
25	Outros Gastos e Perdas.....	33
26	Juros e outros rendimentos e gastos similares.....	34
27	Acontecimentos Após a Data do Balanço.....	34

1. BALANÇO

Valores expressos em euros

Rúbricas	Notas	2017	2016
Ativo			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	6	21.889.143,89	22.338.366,47
Ativos intangíveis	7	24.799,87	51.131,24
Investimentos financeiros	11	97.000,00	17.000,00
Participações financeiras - método da equivalência patrimonial	8	40.432,50	27.767,54
Outros Ativos financeiros	11	35.600,05	24.776,99
Total dos Ativos Não Correntes		22.086.976,31	22.459.042,24
Ativo corrente			
Inventários	9	266.278,25	165.828,56
Clientes	11	1.026.825,92	1.472.900,25
Estado e outros Entes Públicos	18	477.398,16	562.375,77
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membr	12	449.030,31	543.167,25
Outras contas a receber	11	1.489.496,02	1.192.505,55
Diferimentos	13	118.254,46	30.691,04
Outros Ativos financeiros	11	19.511,57	25.324,83
Caixa e depósitos bancários	4	2.394.869,76	1.150.962,18
Total dos Ativos Correntes		6.241.664,45	5.143.755,43
Total do ativo		28.328.640,76	27.602.797,67
Fundos patrimoniais e passivo			
Fundos patrimoniais			
Fundos		2.389.029,81	2.389.029,81
Reservas		2.489.516,91	2.489.516,91
Resultados transitados	14	1.652.451,65	1.749.238,16
Outras variações nos fundos patrimoniais	14	9.756.609,02	9.876.096,33
Resultado Líquido do período		39.098,24	238.644,13
Total dos fundos patrimoniais		16.326.705,63	16.742.525,34
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões			
Provisões específicas	15	93.011,75	93.011,75
Financiamentos obtidos	17	2.757.005,81	3.163.284,60
Outras contas a pagar			
Total do passivo não corrente		2.850.017,56	3.256.296,35
Passivo corrente			
Fornecedores c/c	16	633.551,51	857.965,40
Estado e outros entes públicos	18	409.365,98	244.493,60
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membr	12	17.494,73	
Financiamentos obtidos	17	1.453.675,10	1.092.896,92
Outras contas a pagar	16	4.775.890,54	4.734.117,67
Diferimentos	13	1.861.939,71	674.502,39
Total do passivo corrente		9.151.917,57	7.603.975,98
Total do passivo		12.001.935,13	10.860.272,33
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		28.328.640,76	27.602.797,67

Para ser lido com as notas anexas às demonstrações financeiras

2. DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

Valores expressos em euros

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	2017	2016
Vendas e Serviços Prestados	19	8.151.566,43	6.209.276,50
Subsídios, doações e legados à exploração	20	6.158.065,97	7.006.554,41
Variação nos inventários da produção			
Trabalhos para a própria entidade			
Custo das mercadorias vendidas e das matérias Consumidas	9	-410.006,20	
Fornecimentos e Serviços Externos	21	-5.260.313,02	-6.308.978,77
Gastos com o Pessoal	22	-7.863.658,27	-7.591.396,61
Ajustamentos de Inventários (perdas/reversões)			
Imparidades de dívidas a receber (perdas/reversões)			
Provisões (aumentos/reduções)			
Outras imparidades (perdas/reversões)			
Aumentos / reduções de justo valor	11	2.154,57	-13.741,58
Outros rendimentos e ganhos	24	643.246,86	2.194.751,10
Outros gastos e perdas	25	-422.163,25	-291.306,96
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		998.893,09	1.205.158,09
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	23	-799.807,20	-808.462,45
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		199.085,89	396.695,64
Juros e rendimentos similares obtidos	26	81,87	671,73
Juros e gastos similares suportados	26	-160.069,52	-158.723,24
Resultado antes de impostos		39.098,24	238.644,13
Imposto sobre o rendimento do período			
Resultado líquido do período		39.098,24	238.644,13

Para ser lido com as notas anexas às demonstrações financeiras

3. DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Valores expressos em euros

	Notas	2017	2016
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais:			
Recebimentos de clientes		9.225.571,18	15.202.013,34
Pagamentos a fornecedores		-5.389.285,09	-8.641.589,49
Pagamentos ao pessoal		-5.064.810,60	-4.897.589,20
Caixa gerada pelas operações		-1.228.524,51	1.662.834,65
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento			
Outros recebimentos/pagamentos		2.896.594,56	-949.613,34
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais (1)		1.668.070,05	713.221,31
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		-243.083,18	-1.130.231,46
Ativos intangíveis		-17.498,25	-61.514,78
Investimentos financeiros		-90.826,06	
Outros Ativos			
		-351.407,49	-1.191.746,24
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		23.500,00	
Ativos intangíveis			
Investimentos financeiros		10.122,40	21.979,42
Outros Ativos			
Subsídios ao investimento		99.110,88	
Juros e rendimentos similares		81,87	671,73
Dividendos			
		132.815,15	22.651,15
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento (2)		-218.592,34	-1.169.095,09
Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		1.034.238,20	487.138,62
Realização de capital e de outros instrumentos de capital próprio			
Cobertura de prejuízos			
Doações			672.743,59
Outras operações de financiamento			
		1.034.238,20	1.159.882,21
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		-1.079.738,81	-514.746,85
Juros e gastos similares		-160.069,52	-158.723,24
Dividendos			
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio			
Outras operações de financiamento			
		-1.239.808,33	-673.470,09
Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento (3)		-205.570,13	486.412,12
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		1.243.907,58	30.538,34
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período		1.150.962,18	1.120.423,84
Caixa e seus equivalentes no fim do período		2.394.869,76	1.150.962,18

Para ser lido com as notas anexas às demonstrações financeiras

4. DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS - EXERCÍCIO DE 2016

Valores expressos em euros

			Fundos Atribuídos aos instituidores da entidade-mãe								
			Fundos	Reservas	(...)	Resultados transitados	Outras Variações nos Fundos Patrimoniais	Ajustamentos em Activos Financeiros	Excedente de Revalorização	Resultado líquido do exercício	Total dos Fundos Patrimoniais
Posição no Início do Período 2016	1	Notas	2.389.029,81	2.489.516,91	-	2.967.060,27	9.999.324,38	-	-	(549.476,93)	17.295.454,44
Alterações no período											
Primeira adoção de novo referencial contabilístico			-	-	-	-	-	-	-	-	-
Alterações de políticas contabilísticas			-	-	-	-	-	-	-	-	-
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras			-	-	-	-	-	-	-	-	-
Realização do excedente de revalorização de ativos			-	-	-	-	-	-	-	-	-
Excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis			-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajustamentos em ativos financeiros			-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajustamentos por impostos diferidos			-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras alterações reconhecidas nos Fundos Patrimoniais			-	-	-	(1.217.822,11)	-	-	-	549.476,93	(668.345,18)
	2	14	-	-	-	(1.217.822,11)	-	-	-	549.476,93	(668.345,18)
Resultado Líquido do Período	3									238.644,13	238.644,13
Resultado Extensivo	4 = 2 + 3									788.121,06	(429.701,05)
Operações com instituidores no período											
Fundos			-	-	-	-	-	-	-	-	-
Subsídios, doações e legados		14 e 24	-	-	-	-	(125.636,20)	-	-	-	(125.636,20)
Outras operações		14	-	-	-	-	2.408,15	-	-	-	2.408,15
	5		-	-	-	-	(123.228,05)	-	-	-	(123.228,05)
Posição no Fim do Período 2016	i = 1 + 2 + 3 + 5		2.389.029,81	2.489.516,91	-	1.749.238,16	9.876.096,33	-	-	238.644,13	16.742.525,34

Para ser lido com as notas anexas às demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

4. DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS - EXERCÍCIO DE 2017

Valores expressos em euros

			Fundos Atribuídos aos instituidores da entidade-mãe								
			Fundos	Reservas	(...)	Resultados transitados	Outras Variações nos Fundos Patrimoniais	Ajustamentos em Activos Financeiros	Excedente de Revalorização	Resultado líquido do exercício	Total dos Fundos Patrimoniais
Posição no Início do Período 2017	1	Notas	2.389.029,81	2.489.516,91	-	1.749.238,16	9.876.096,33	-	-	238.644,13	16.742.525,34
Alterações no período											
Primeira adoção de novo referencial contabilístico			-	-	-	-	-	-	-	-	-
Alterações de políticas contabilísticas			-	-	-	-	-	-	-	-	-
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras			-	-	-	-	-	-	-	-	-
Realização do excedente de revalorização de ativos			-	-	-	-	-	-	-	-	-
Excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis			-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajustamentos em ativos financeiros			-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajustamentos por impostos diferidos			-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras alterações reconhecidas nos Fundos Patrimoniais			-	-	-	(96.786,51)	-	-	-	(238.644,13)	(335.430,64)
	2	14	-	-	-	(96.786,51)	-	-	-	(238.644,13)	(335.430,64)
Resultado Líquido do Período	3									39.098,24	39.098,24
Resultado Extensivo	4 = 2 + 3									(199.545,89)	(296.332,40)
Operações com instituidores no período											
Fundos			-	-	-	-	-	-	-	-	-
Subsídios, doações e legados		14 e 24	-	-	-	-	(132.152,27)	-	-	-	(132.152,27)
Outras operações		14	-	-	-	-	12.664,96	-	-	-	12.664,96
			-	-	-	-	(119.487,31)	-	-	-	(119.487,31)
Posição no Fim do Período 2017	5 = 1 + 2 + 3 + 4		2.389.029,81	2.489.516,91	-	1.652.451,65	9.756.609,02	-	-	39.098,24	16.326.705,63

Para ser lido com as notas anexas às demonstrações financeiras

Anexo às Demonstrações Financeiras para o Exercício findo em 31 de dezembro de 2017

(Montantes expressos em Euros)

1 Nota Introdutória

A União das Misericórdias Portuguesas tem a sua sede na Rua de Entrecampos, nº 9, Lisboa, é uma Associação formada por todas as irmandades da Misericórdia, aprovada canonicamente, que tem por fim orientar, coordenar, dinamizar e representar estas instituições, defendendo os seus interesses, organizando serviços de interesse comum e fomentando entre elas os princípios que formam a base cristã da sua origem. A União das Misericórdias Portuguesas exerce a sua atividade no plano nacional.

Para além do apoio direto às Misericórdias, a UMP gere alguns equipamentos sociais, com especial destaque para a área da deficiência Profunda. O Centro João Paulo II, em Fátima, o Centro Santo Estêvão, em Viseu, e o Centro Luís da Silva, em Borba, foram construídos para acolher e apoiar pessoas portadoras de deficiência profunda. No que respeita à terceira idade, a UMP é responsável pelo Lar Dr. Virgílio Lopes e também pela Academia de Cultura e Cooperação, ambos em Lisboa. Na área da saúde, a UMP conta com a Escola Superior de Enfermagem São Francisco das Misericórdias (ESESFM), em Lisboa, a Unidade de Cuidados Continuados Bento XVI (dedicada especialmente às demências), em Fátima.

2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o disposto na Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo - NCRF-ESNL, que integra o Sistema de Normalização Contabilística (SNC) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, em conformidade com o Decreto-Lei n.º 36-A/2011, de 9 de março.

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade e do acréscimo, tendo como principal base de mensuração o custo histórico

As quantias relativas ao período findo em 31 de dezembro de 2016, incluídas nas presentes demonstrações financeiras para efeitos comparativos, estão apresentadas de forma consistente com o período corrente, sendo comparáveis com as quantias do período findo em 31 de dezembro de 2017.

3 Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras da UMP são as que abaixo se descrevem, tendo sido consistentemente aplicadas aos exercícios apresentados, salvo indicação contrária.

3.1 Base de Apresentação

As demonstrações financeiras foram preparadas tendo por base o modelo do custo e os seguintes pressupostos:

- a) **Pressuposto da continuidade**
As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da UMP, mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.
- b) **Regime do acréscimo**
A UMP regista os seus rendimentos e gastos de acordo com o regime do acréscimo, pelo qual os rendimentos e ganhos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas de “Devedores e credores por acréscimos e diferimentos”.
- c) **Consistência de apresentação**
As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhe dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo.
Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante.
- d) **Classificação dos ativos e passivos não correntes**
Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis a mais de um ano a contar da data da demonstração da posição financeira são classificados, respetivamente, como ativos e passivos não correntes.
- e) **Passivos contingentes**
Os passivos contingentes não são reconhecidos no balanço, sendo os mesmos divulgados no anexo, a não ser que a possibilidade de uma saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja remota.
- f) **Passivos financeiros**
Os passivos financeiros são classificados de acordo com a substância contratual independentemente da forma legal que assumam.
- g) **Eventos subsequentes**
Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam nessa data são refletidos nas demonstrações financeiras.

Caso existam eventos materialmente relevantes após a data do balanço, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.
- h) **Derrogação das disposições do SNC**
Não existiram, no decorrer do exercício a que respeitam estas demonstrações financeiras, quaisquer casos excecionais que implicassem a derrogação de qualquer disposição prevista pelo SNC.

3.2 Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se valorizados ao custo de aquisição, deduzidos das depreciações acumuladas e de eventuais perdas por imparidade. O custo de aquisição inclui o preço de compra do ativo, as despesas diretamente imputáveis à sua aquisição, incluindo os impostos não dedutíveis, e os encargos suportados com a preparação do ativo para que se encontre na sua condição de utilização.

Os gastos subsequentes incorridos com renovações e grandes reparações, que façam aumentar a vida útil, ou a capacidade produtiva dos ativos são reconhecidos no custo do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, apenas quando for provável que os benefícios económicos futuros que lhe estão associados fluam para a entidade e quando o custo puder ser mensurado com fiabilidade;

Os encargos com reparações e manutenção de natureza corrente são reconhecidos como um gasto do período em que são incorridos.

Os gastos decorrentes de obras de adaptação em edifícios arrendados são reconhecidos como um gasto do período em função do período de arrendamento previsto nos respetivos contratos.

Os terrenos não são depreciados. As depreciações nos restantes ativos são calculadas utilizando o método das quotas constantes, a partir da data em que se encontrarem disponíveis para uso.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

Classe de bens	Anos de vida útil
Edifícios e outras construções	5-50
Equipamento básico	4-8
Equipamento de transporte	3-7
Ferramentas e utensílios	3-7
Equipamento administrativo	2-10
Outros ativos fixos tangíveis	1-4

Os ativos fixos tangíveis em curso representam bens ainda em fase de construção/promoção, encontrando-se registados ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas por imparidade.

Estes bens são depreciados a partir do momento em que os ativos subjacentes estejam concluídos ou em estado de uso.

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação/abate, sendo registadas na demonstração dos resultados nas rubricas "Outros rendimentos operacionais" ou "Outros gastos operacionais", consoante se trate de mais ou menos valias.

3.3 Propriedades de investimento

As propriedades de investimento compreendem essencialmente edifícios e outras construções detidos para obter rendimento e/ou valorização do Fundo Patrimonial. Estes ativos não se destinam à produção ou fornecimento de bens e serviços nem para fins administrativos ou para venda no decurso da atividade corrente dos negócios.

As propriedades de investimento são mensuradas ao custo, enquanto as propriedades de investimento recebidas por doação são registadas ao justo valor, o qual é determinado pela avaliação efetuada por uma entidade especializada, ou de acordo com o valor patrimonial tributário, na ausência de outra determinação de justo valor.

Os ativos promovidos e construídos qualificados como propriedades de investimento só passam a ser reconhecidos como tal após o início da sua utilização. Até terminar o período de construção ou promoção do ativo a qualificar como propriedade de investimento, esse ativo é registado pelo seu custo de aquisição ou produção na rubrica "Propriedades de investimento em desenvolvimento". No final do período de promoção e construção desse ativo a diferença entre o custo de construção e o justo valor nessa data é registada diretamente na demonstração dos resultados na rubrica "Variação de valor das propriedades de investimento".

Os custos incorridos com propriedades de investimento em utilização, nomeadamente manutenções, reparações, seguros e impostos sobre propriedades (imposto municipal sobre imóveis), são reconhecidos na demonstração dos resultados do período a que se referem. As beneficiações relativamente às quais se estima que gerem benefícios económicos adicionais futuros são capitalizados na rubrica propriedades de investimento.

3.4 Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e das perdas por imparidade acumuladas. Estes ativos só são reconhecidos se for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a UMP, sejam controláveis pela UMP e se possa medir razoavelmente o seu valor.

As despesas com atividades de pesquisa são registados como gastos no período em que são incorridos.

As amortizações são calculadas, após o início de utilização, pelo método das quotas constantes em conformidade com o período de vida útil estimado, o qual corresponde genericamente a 3 anos.

3.5 Imparidade de ativos fixos tangíveis e intangíveis

Em cada data de relato é efetuada uma revisão das quantias escrituradas dos ativos fixos tangíveis e intangíveis da Empresa com vista a determinar se existe algum indicador de que os mesmos possam estar em imparidade. Se existir algum indicador, é estimado a quantia recuperável dos respetivos ativos (ou da unidade geradora de caixa) a fim de determinar a extensão da perda por imparidade (se for o caso).

A quantia recuperável do ativo (ou da unidade geradora de caixa) consiste no maior de entre (i) o justo valor deduzido de custos para vender e (ii) o valor de uso. Na determinação do valor de uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados usando uma taxa de desconto que reflita as expectativas do mercado quanto ao valor temporal do dinheiro e quanto aos riscos específicos do ativo (ou da unidade geradora de caixa) relativamente aos quais as estimativas de fluxos de caixa futuros não tenham sido ajustadas.

Sempre que a quantia escriturada do ativo (ou da unidade geradora de caixa) for superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade. A perda por imparidade é registada de imediato na demonstração dos resultados na rubrica de "Perdas por imparidade", salvo se tal perda compensar um excedente de revalorização registado no capital próprio.

Neste último caso, tal perda será tratada como um decréscimo daquela revalorização.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando existem evidências de que as perdas por imparidade reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados na rubrica de "Reversões de perdas por imparidade". A reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortizações) caso a perda por imparidade anterior não tivesse sido registada.

3.6 Participações financeiras em subsidiárias

Os investimentos financeiros em empresas associadas nas quais a UMP tenha uma influência significativa ou onde exerce o controlo das mesmas através da participação nas decisões financeiras e operacionais - geralmente investimentos representando entre 20% a 50% do capital de uma empresa, são registados pelo método da equivalência patrimonial na rubrica 'Investimentos financeiros em equivalência patrimonial'.

De acordo com o método da equivalência patrimonial, as participações financeiras são registadas pelo seu custo de aquisição, ajustado pelo valor correspondente à participação da Empresa nos resultados líquidos das empresas associadas e participadas, por contrapartida de ganhos ou perdas do exercício e pelos dividendos recebidos, líquido de perdas de imparidade acumuladas.

Qualquer excesso do custo de aquisição face ao valor dos capitais próprios na percentagem detida é considerado "Goodwill", sendo adicionado ao valor do balanço do investimento financeiro e a sua recuperação analisada anualmente como parte integrante do investimento financeiro, e caso a diferença seja negativa ("Badwill"), após reconfirmação do processo de valorização e caso este se mantenha na demonstração dos resultados.

É efetuada uma avaliação dos investimentos financeiros em empresas associadas ou participadas quando existem indícios de que o ativo possa estar em imparidade, sendo registada uma perda na demonstração dos resultados sempre que tal se confirme.

Quando a proporção da UMP nos prejuízos acumulados da empresa associada ou participadas excede o valor pelo qual o investimento se encontra registado, o investimento é reportado por valor nulo enquanto o capital próprio da empresa associada não for positivo, exceto quando a Empresa tenha assumido compromissos para com a empresa associada ou participada, registando nesses casos uma provisão na rubrica do passivo 'Provisões' para fazer face a essas obrigações.

Os ganhos não realizados em transações com empresas associadas são eliminados proporcionalmente ao interesse da Empresa nas mesmas por contrapartida do investimento nessas entidades. As perdas não realizadas são similarmente eliminadas, mas somente até ao ponto em que a perda não evidencie que o ativo transferido esteja em situação de imparidade.

3.7 Inventários

Os "Inventários" estão registados ao custo de aquisição. O valor realizável líquido representa o preço de consumo deduzido de todos os custos estimados necessários para concluir os inventários e proceder ao seu consumo. Sempre que o valor de custo seja superior ao valor realizável líquido, a diferença é registada como uma perda de imparidade.

O método de custeio dos inventários adotado pela UMP consiste no custo médio.

3.8 Ativos e passivos financeiros

Os ativos e os passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando a entidade se torna parte das correspondentes disposições contratuais.

Um ativo financeiro é qualquer ativo que seja dinheiro ou um direito contratual de receber dinheiro.

Um passivo financeiro é qualquer passivo que se consubstancie numa obrigação contratual de entregar dinheiro.

Os ativos e os passivos financeiros são mensurados:

- a. ao custo, deduzido de qualquer perda por imparidade
 - b. ao justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração dos resultados.
- a) Clientes, utentes e outras contas a receber
As contas de "Clientes" e "Outros valores a receber" não têm implícitos juros e são registadas pelo seu valor nominal diminuído de eventuais perdas de imparidade, reconhecidas nas rubricas 'Perdas de imparidade acumuladas', por forma a que as mesmas reflitam o seu valor realizável líquido.
- b) Caixa e depósitos bancários
Esta rubrica inclui caixa, depósitos à ordem em bancos e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com maturidades até três meses. Os descobertos bancários são incluídos na rubrica "Financiamentos obtidos", expresso no "passivo corrente".

Os montantes incluídos na rubrica de "Caixa e depósitos bancários" correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários e depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria vencíveis a menos de três meses e para os quais o risco de alteração de valor é insignificante.

Estes ativos são mensurados ao custo amortizado. Usualmente, o custo amortizado destes ativos financeiros não difere do seu valor nominal.

- c) Fornecedores e outras contas a pagar
As contas a pagar a fornecedores e outros credores, que não vencem juros, são registadas pelo seu valor nominal, que é substancialmente equivalente ao seu justo valor.

d) Financiamentos bancários

Os empréstimos são registados no passivo pelo valor nominal recebido líquido de comissões com a emissão desses empréstimos. Os encargos financeiros apurados de acordo com a taxa de juro efetiva são registados na demonstração dos resultados de acordo com o regime do acréscimo.

Os empréstimos são classificados como passivos correntes, a não ser que a UMP tenha o direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por mais de 12 meses após a data de relato.

e) Locações

Os contratos de locação são classificados ou como (i) locações financeiras se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação ou como (ii) locações operacionais se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação.

A classificação das locações, em financeiras ou operacionais, é feita em função da substância económica e não da forma do contrato.

Os ativos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados pelo método financeiro, reconhecendo o ativo fixo tangível, as depreciações acumuladas correspondentes, conforme definido nas políticas 2.2. e 2.3. acima, e as dívidas pendentes de liquidação, de acordo com o plano financeiro contratual. Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas e as depreciações do ativo fixo tangível são reconhecidos como gasto na demonstração dos resultados do exercício a que respeitam.

Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como gasto na demonstração dos resultados numa base linear durante o período do contrato de locação.

f) Ativos financeiros detidos para negociação

Os ativos financeiros detidos para negociação são reconhecidos na data em que são substancialmente transferidos, os riscos e vantagens inerentes. São inicialmente registados pelo seu valor de aquisição, incluindo despesas de transação.

Após o reconhecimento inicial, os ativos financeiros disponíveis para venda são mensurados por referência ao seu valor de mercado à data do balanço, sem qualquer dedução relativa a custos da transação que possam vir a ocorrer até à sua venda. Os ganhos ou perdas provenientes de uma alteração no justo valor são registados no capital próprio, na rubrica "Reserva de justo valor" até o ativo ser vendido, recebido ou de qualquer forma alienado, ou nas situações em que se entende existir perda por imparidade, momento em que o ganho ou perda acumulada é registado(a) na demonstração dos resultados.

Os ativos financeiros disponíveis para venda em instrumentos de capital próprio que não têm preço de mercado cotado num mercado ativo e cujo justo valor não pode ser fiavelmente mensurado são denominados "Outros investimentos" e encontram-se mensurados pelo custo de aquisição deduzido de quaisquer perdas por imparidades acumuladas.

g) Ativos não correntes detidos para venda

Os investimentos disponíveis para venda consideram-se aqueles que não são enquadráveis nem como “investimentos mensurados ao justo valor” através de resultados nem como “investimentos detidos até à maturidade”. Estes ativos são classificados como “ativos não correntes”, exceto se houver intenção de os alienar num período inferior a 12 meses a contar da data de balanço.

Todas as compras e vendas destes investimentos são reconhecidas à data da assinatura dos respetivos contratos de compra e venda, independentemente da data de liquidação financeira.

Os investimentos são inicialmente registados pelo seu justo valor, que é considerado como sendo o valor pago incluindo despesas de transação, no caso de investimentos disponíveis para venda.

Após o reconhecimento inicial, os “investimentos mensurados ao justo valor através de resultados” e os “investimentos disponíveis para venda” são reavaliados pelos seus justos valores por referência ao seu valor de mercado à data do balanço (medido pela cotação ou valor de avaliação independente), sem qualquer dedução relativa a custos de transação que possam vir a ocorrer até à sua venda. Os investimentos que não sejam cotados e para os quais não seja possível estimar com fiabilidade o seu justo valor, são mantidos ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas por imparidade.

Os ganhos ou perdas provenientes de uma alteração no justo valor dos “investimentos disponíveis para venda” são registados no capital próprio, na rubrica “Reserva de justo valor” até o investimento ser vendido, recebido ou de qualquer forma alienado, ou até que o justo valor do investimento se situe abaixo do seu custo de aquisição e que tal corresponda a uma perda por imparidade, momento em que o ganho ou perda acumulada é registado(a) na demonstração de resultados.

3.9 Provisões

A UMP analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultam de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação. A subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos internos necessários para o pagamento das obrigações poderá conduzir a ajustamentos significativos, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

3.10 Rédito e regime do acréscimo

O rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços decorrentes da catividade normal da UMP. O rédito é reconhecido líquido do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), abatimentos e descontos.

A UMP reconhece rédito quando este pode ser razoavelmente mensurável, seja provável que a Empresa obtenha benefícios económicos futuros, e os critérios específicos descritos a seguir se encontrem cumpridos. O montante do rédito não é considerado como razoavelmente mensurável até que todas as contingências relativas a uma venda estejam substancialmente resolvidas. A UMP baseia as suas estimativas em resultados históricos, considerando o tipo de cliente, a natureza da transação e a especificidade de cada acordo.

Os rendimentos são reconhecidos na data da prestação dos serviços.

O rédito de juros é reconhecido utilizando o método do juro efetivo, desde que seja provável que benefícios económicos fluam para a UMP e o seu montante possa ser mensurado com fiabilidade.

3.11 Subsídios e Doações

a) Subsídios

Os subsídios do governo são reconhecidos ao seu justo valor, quando existe uma garantia suficiente de que o subsídio venha a ser recebido e de que a UMP cumpre com todas as condições para o receber.

Os subsídios à exploração destinam-se à cobertura de gastos, incorridos e registados, com o desenvolvimento de subsidiadas, sendo os mesmos reconhecidos em resultados à medida que os gastos são incorridos, independentemente do momento de recebimento do subsídio.

Os subsídios não reembolsáveis relacionados com ativos fixos tangíveis e intangíveis devem ser inicialmente reconhecidos nos Fundos patrimoniais e subsequentemente imputados numa base sistemática como rendimentos durante os períodos necessários para balanceá-los com os custos relacionados que se pretende que eles compensem.

b) Doações

Os ativos recebidos por herança ou doação são registados no ativo, ao justo valor, o qual é determinado por avaliação efetuada por uma entidade especializada e independente. De acordo com o preconizado na Portaria 106/2011, de 14 de março, as doações que estejam associadas a ativos depreciáveis / amortizáveis, são inicialmente registadas na rubrica "Outras variações nos fundos patrimoniais", sendo transferidas, numa base sistemática, para a rubrica da demonstração dos resultados "Outros rendimentos – Imputação de doações para investimentos", à medida que forem sendo contabilizadas as depreciações dos bens a que respeitam.

3.12 Impostos sobre o rendimento

De acordo com o Despacho nº 484/2003, de 27 de setembro de 2003, publicado no Diário da República, nº 279, de 3 de dezembro de 2013 a Direção Geral das Contribuições e Impostos, isenta a União das Misericórdias Portuguesas de imposto sobre o rendimento das Pessoas Coletivas em relação às categorias de rendimentos comerciais e industriais (no âmbito dos seus fins estatutários), agrícolas, de capitais, prediais e de mais-valias.

3.13 Juízos de valor críticos e principais fontes de incerteza associadas a estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados por referência à data de relato com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das

demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

As estimativas contabilísticas significativas mais comuns são:

- a) Vidas úteis dos ativos fixos tangíveis e intangíveis;
- b) Análises de imparidade de ativos fixos tangíveis e intangíveis;
- c) Registo de ajustamentos aos valores dos ativos e provisões;
- d) Determinação do justo valor de ativos fixos tangíveis e intangíveis;

3.14 Acontecimentos subsequentes

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionam informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço (ou seja acontecimentos ocorridos após a data do balanço que dão origem a ajustamentos) são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionam informação sobre condições ocorridas após a data do balanço (ou seja acontecimentos após a data do balanço que não dão origem a ajustamentos) são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materiais.

4 Fluxos de caixa

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, caixa e seus equivalentes inclui numerário, depósitos bancários imediatamente mobilizáveis (de prazo inferior ou igual a três meses) e aplicações de tesouraria no mercado monetário, líquidos de descobertos bancários e de outros financiamentos de curto prazo equivalentes. Caixa e seus equivalentes em 31.12.2017 e 31.12.2016 detalha-se conforme se segue:

	31-12-2017	31-12-2016
Numerário	5.323,98	5.858,88
Depósitos bancários	2.389.545,78	740.103,30
Aplicações tesouraria		405.000,00
	2.394.869,76	1.150.962,18

5 Alterações de Políticas Contabilísticas e Correções de Erros

Durante o exercício de 2017, foram detetados alguns erros contabilísticos e foram efetuadas as devidas correções.

Entre estas situações são de destacar regularizações em contas de clientes e outros devedores. Durante o exercício de 2017 foi efetuada uma análise aos saldos de clientes e outros devedores para os quais foi apurado um montante de 338.320,32 euros de dívidas incobráveis, e 35.228,73 referente a regularizações de outros devedores referentes a faturas emitidas em exercícios anteriores. Este montante foi desreconhecido por contrapartida de resultados transitados. Durante o exercício de 2017 foram também

contabilizadas despesas incorridas no montante de, 30.154,73 euros, referentes aos exercícios entre 2012 e 2015 e inicialmente suportadas por entidades terceiras.

Foi desreconhecido, por contrapartida de resultados transitados, o montante de 68.273,14 euros referente a subsídios recebidos em anos anteriores do Instituto de Segurança Social e incorretamente registados como passivo quando se tratavam de subsídios à exploração.

6 Ativos fixos tangíveis

O movimento ocorrido nos ativos fixos tangíveis e respetivas depreciações, nos exercícios de 2017 e de 2016 foi o seguinte:

Ativos	2016						Total
	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento transporte	Outros Ativos fixos tangíveis	Ativos fixos tangíveis em curso	
Saldo inicial	1.713.556,71	22.028.809,42	4.034.975,92	928.187,96	2.183.398,63	276.156,80	31.165.085,44
Aquisições		92.637,11	145.119,69	103.134,99	27.884,82	758.787,88	1.127.564,49
Alienações							
Transferências		957.801,12	75.645,00			-1.033.446,12	0,00
Abates							
Regularizações	30,43	154.458,20			0,00		154.488,63
Outras variações		-1.397,85	-3,44		17.187,90		15.786,61
Saldo Final	1.713.587,14	23.232.308,00	4.255.737,17	1.031.322,95	2.228.471,35	1.498,56	32.462.925,17
Amortizações acumuladas							
Saldo inicial		3.762.421,93	2.996.038,47	729.195,92	1.844.692,73		9.332.349,05
Amortizações do exercício		417.385,65	202.442,46	72.502,23	72.199,02		764.529,36
Alienações							
Transferências							
Abates							
Regularizações		-75.499,69	29.927,92	23.657,34	49.594,72		27.680,29
Saldo Final		4.104.307,89	3.228.408,85	825.355,49	1.966.486,47		10.124.558,70
Total dos ativos fixos tangíveis	1.713.587,14	19.128.000,11	1.027.328,32	205.967,46	261.984,88	1.498,56	22.338.366,47

Ativos	2017						Total
	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento transporte	Outros Ativos fixos tangíveis	Ativos fixos tangíveis em curso	
Saldo inicial	1.713.587,14	23.232.308,00	4.255.737,17	1.031.322,95	2.228.471,35	1.498,56	32.462.925,17
Aquisições		34.719,31	212.148,82	57.307,66	118.523,93	0,00	422.699,72
Alienações				-65.000,00			-65.000,00
Transferências						-1.498,56	-1.498,56
Abates			-57.395,10				-57.395,10
Outras variações							
Saldo Final	1.713.587,14	23.267.027,31	4.410.490,89	1.023.630,61	2.346.995,28		32.761.731,23
Amortizações acumuladas							
Saldo inicial		4.104.307,89	3.228.408,85	825.355,49	1.966.486,47		10.124.558,70
Amortizações do exercício		417.932,58	205.798,20	67.624,12	64.622,68		755.977,58
Alienações				-62.289,50			-62.289,50
Transferências							
Abates			-8.194,32				-8.194,32
Outras variações			62.534,88				62.534,88
Saldo Final		4.522.240,47	3.488.547,61	830.690,11	2.031.109,15		10.872.587,34
Total dos ativos fixos tangíveis	1.713.587,14	18.744.786,84	921.943,28	192.940,50	315.886,13		21.889.143,89

7 Ativos intangíveis

Durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, o movimento ocorrido nos ativos intangíveis, foi o seguinte:

Ativos	2016			
	Programas Computador	Projeto Eficiência Energética	Propriedade Industrial	Total
Saldo inicial	88.493,37	75.188,50	323,06	164.004,93
Aquisições	61.514,78			61.514,78
Transferências				
Regularizações	-17.808,40			-17.808,40
Saldo Final	132.199,75	75.188,50	323,06	207.711,31
Amortizações Acumuladas				
Saldo inicial	45.727,47	5.079,90	323,06	51.130,43
Amortizações do exercício	27.391,24	16.541,85		43.933,09
Transferências				
Regularizações	24.655,10	36.861,45		61.516,55
Saldo Final	97.773,81	58.483,20	323,06	156.580,07
Total dos ativos fixos intangíveis	34.425,94	16.705,30		51.131,24

Ativos	2017			
	Programas Computador	Projeto Eficiência Energética	Propriedade Industrial	Total
Saldo inicial	132.199,75	75.188,50	323,06	207.711,31
Aquisições	17.498,25			17.498,25
Transferências				
Regularizações				0,00
Saldo Final	149.698,00	75.188,50	323,06	225.209,56
Amortizações Acumuladas				
Saldo inicial	97.773,81	58.483,20	323,06	156.580,07
Amortizações do exercício	27.282,82	16.546,80		43.829,62
Transferências				
Regularizações				
Saldo Final	125.056,63	75.030,00	323,06	200.409,69
Total dos ativos fixos intangíveis	24.641,37	158,50		24.799,87

8 Participações financeiras

O saldo do investimento em empresa subsidiária, em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, apresentavam-se como segue:

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2017									
Associada	Sede	Ativo	Passivo	Capital Próprio	Resultado Líquido (2016)	% detida	Proporção no Resultado	Montante registado	Saldo a 31-12-2017
SECURICÓRDIA - Consultoria e Seguros, Lda.	Lisboa	210.292,16	48.562,18	161.729,98	50.659,84	25%	12.664,96	12.664,96	40.432,50

2016									
Associada	Sede	Ativo	Passivo	Capital Próprio	Resultado Líquido (2015)	% detida	Proporção no Resultado	Montante registado	Saldo a 31-12-2016
SECURICÓRDIA - Consultoria e Seguros, Lda.	Lisboa	157.725,35	46.665,21	111.070,14	9.632,58	25%	2.408,15	2.408,15	27.767,54

A SECURICÓRDIA – Consultoria e Seguros, Lda., tem como atividade principal a mediação de seguros. Os Investimentos em associadas são registados pelo método da equivalência patrimonial, em conformidade com a NCRF-ESNL. As contas da SECURICÓRDIA, Lda. O valor reconhecido em 2017, tem por base o resultado de 2016, à data de fecho das contas da União ainda não eram conhecidas as contas de 2017 da Securicórdia, Lda.

9 Inventários

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, os inventários da UMP eram detalhados conforme se segue:

	2017			2016		
	Montante Bruto	Perdas por imparidade	Montante Líquido	Montante Bruto	Perdas por imparidade	Montante Líquido
Mercadorias/Livros Portugaliae Misericordiarum	176.460,10		176.460,10	165.828,56		165.828,56
Matérias-Primas, subsidiárias e de consumo	89.818,15		89.818,15			
Total	266.278,25		266.278,25	165.828,56		165.828,56

Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas e variação dos inventários de produção

O custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas reconhecido nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 é detalhado conforme se segue:

	2017		
	Mercadorias	MP.Subsidiárias Consumo	Total
Saldo inicial em 31 dezembro de 2016	165.828,56		165.828,56
Compras	39.251,80	471.204,09	510.455,89
Regularizações			
Saldo final	176.460,10	89.818,15	266.278,25
Custo das mercadorias vendidas e das mat. Consumidas	28.620,26	381.385,94	410.006,20

10 Imposto sobre o rendimento

De acordo com o Despacho nº 484/2003, de 27 de Setembro de 2003, publicado no Diário da República, nº 279, de 3 de Dezembro de 2013 a Direção Geral das Contribuições e Impostos, Isenta a União das Misericórdias Portuguesas de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas em relação às categorias de rendimentos comerciais e industriais (no âmbito dos seus fins estatutários), agrícolas, de capitais, prediais e de mais-valias.

11 Ativos financeiros

Os ativos financeiros em 31 de dezembro de 2017 e 2016, são discriminados da seguinte forma

Ativos Financeiros	2017	2016
	Montante Líquido	Montante Líquido
Não corrente		
Ativos financeiros ao justo valor		
Investimentos financeiros	97.000,00	17.000,00
Outras aplicações financeiras	35.600,05	24.776,99
	132.600,05	41.776,99
Corrente		
Disponibilidades:		
Caixa e depósitos bancários	2.394.869,76	1.150.962,18
	2.394.869,76	1.150.962,18
Ativos financeiros ao justo valor		
Outras aplicações financeiras	19.511,57	25.324,83
	19.511,57	25.324,83
Ativos financeiros ao custo:		
Clientes	1.026.825,92	1.472.900,25
Outras contas a receber	1.489.496,02	1.192.505,55
	2.516.321,94	2.665.405,80
	5.063.303,32	3.883.469,80

Em 2017 foi efetuado um investimento financeiro na empresa SAS Apostas Sociais, Jogos e Apostas Online SA., no valor de 80.000, euros, que corresponde a 16% do capital social da empresa.

11.1 Outras aplicações financeiras

A rubrica de “Outras aplicações financeiras” refere-se essencialmente, a instrumentos financeiros corrente e não correntes. As valorizações destes instrumentos encontram-se registados na rubrica “Aumentos/ (reduções) de justo valor” na Demonstração dos Resultados. Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, esta rubrica tinha a seguinte composição:

Outras aplicações financeiras Correntes	2017	2016
Ações -Millennium BCP	1.324,91	5.217,15
Fundos de participação CEMG	-	1.921,02
Multigestão Equilibrada CEMG	16.186,66	16.186,66
Títulos de capital Caixa Agrícola	2.000,00	2.000,00
	19.511,57	25.324,83

	2017	2016
Saldo a 1 de janeiro de 2017	25.324,83	39.066,41
Aquisições no período	-	-
Alienações no período	7.967,83	-
Ações -Millennium BCP	3.404,83	
Fundos de participação CEMG	4.563,00	
Aumento/diminuição no justo valor	2.154,57	- 13.741,58
Justo valor a 31-12-2017	19.511,57	25.324,83

Outras aplicações financeiras não Correntes	2017	2016
Fundos Compensação do trabalho	35.600,05	24.776,99
	35.600,05	24.776,99

11.2 Clientes / Utentes

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016 a rubrica “Clientes\Utentes” tinha a seguinte composição:

	2017		2016	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Cientes				
Cientes Gerais		490.781,89		765.834,31
Total Cientes		490.781,89		765.834,31
Utentes				
Lar Virgílio Lopes		8.667,00		32.841,09
Centro João Paulo II		247.414,21		247.486,69
Centro Santo Estevão		32.802,66		139.372,37
Escola Superior de Enfermagem		61.330,49		64.946,61
UCCI Bento XVI		95.413,98		107.326,42
Centro Luís Silva		90.415,69		115.092,76
Total Utentes		536.044,03		707.065,94
Perdas por imparidade acumuladas				
Total		1.026.825,92		1.472.900,25

11.3 Outras contas a receber

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016 a rubrica "Outros devedores" tinha a seguinte composição:

	2017	2016
Devedores por acréscimos de rendimentos	766.158,74	462.146,73
Outros devedores	723.337,28	730.358,82
Total	1.489.496,02	1.192.505,55

12 Fundadores / Patrocinadores / Doadores / Associados / Membros

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016 a rubrica "Fundadores / Patrocinadores/Associados", tinha a seguinte composição:

	2017	2016
Quotas (Ativo)	449.030,31	543.167,25
Quotas (Passivo)	17.494,73	-
Total	431.535,58	543.167,25

13 Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016 o saldo da rubrica "Diferimentos", tinha a seguinte composição:

Diferimentos (Ativo)	2017	2016
Rendas	2.000,00	2.000,00
Seguros	45.813,23	19.079,40
Outros gastos a reconhecer	70.441,23	9.611,64
Total	118.254,46	30.691,04

Diferimentos (Passivo)	2017	2016
Mensalidades e outras receitas	32.545,25	21.498,00
Projeto Capacitação	198.106,09	653.004,39
Donativos incêndios	1.631.288,37	
Outros rendimentos a reconhecer		
Total	1.861.939,71	674.502,39

Na sequência dos incêndios ocorridos no mês de junho de 2017, nos concelhos de Pedrogão Grande, Castanheira de Pera, Figueiró dos Vinhos, Sertã, Góis, Pampilhosa da Serra e Penela a UMP recolheu donativos no âmbito da campanha de mobilização para apoio humanitário e social à população afetada pelos incêndios florestais. O montante de 1.631.288,37 euros, contabilizado como diferimento passivo, diz respeito ao montante de donativos recebidos e que ainda se encontra pendente de execução financeira. A intervenção da UMP no âmbito deste programa é detalhada em relatório autónomo publicado em conjunto com as suas demonstrações financeiras.

14 Fundos Patrimoniais

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, os movimentos ocorridos na rubrica "Resultados Transitados" analisa-se como se segue:

	2017	2016
1 de janeiro	1.749.238,16	2.967.060,27
Aplicação do resultado líquido do exercício anterior	238.644,13	-549.476,93
Regularizações	-335.430,64	-668.345,18
Total em 31 de dezembro	1.652.451,65	1.749.238,16

Durante o exercício de 2017, foram detetados erros nos registos contabilísticos de períodos anteriores, dos quais resultou a necessidade de registo de regularizações nesta rubrica de resultados transitados, e cujo impacto ascendeu a 335.430,64, ver Nota 5.

Outras variações nos fundos patrimoniais

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, os movimentos ocorridos na rubrica " Outras variações nos fundos patrimoniais analisa-se como se segue:

	Subsídios ao investimento	Doações	Lucros não atribuídos	Outras	Total
1 de janeiro 2016	7.800.858,04	1.357.130,13	14.771,44	826.564,77	9.999.324,38
Aumentos	5.040,50		2.408,15		7.448,65
Reconhecimento em proveitos	-221.352,07				-221.352,07
Regularizações	90.644,94	30,43			90.675,37
Total em 31 de dezembro 2016	7.675.191,41	1.357.160,56	17.179,59	826.564,77	9.876.096,33
1 de janeiro 2017	7.675.191,41	1.357.160,56	17.179,59	826.564,77	9.876.096,33
Aumentos	99.110,88		12.664,96		111.775,84
Reconhecimento em proveitos	-231.263,15				-231.263,15
Regularizações					
Total em 31 de dezembro 2017	7.543.039,14	1.357.160,56	29.844,55	826.564,77	9.756.609,02

Os subsídios não reembolsáveis relacionados com ativos fixos tangíveis e intangíveis são inicialmente reconhecidos nos Fundos Patrimoniais, na rubrica "Outras variações nos fundos patrimoniais" e subsequentemente imputados, numa base sistemática, como rendimentos durante os períodos necessários para balanceá-los com os custos relacionados que se pretende que eles compensem. No exercício de 2017 foi reconhecido como proveitos um montante de 231.623,15 euros.

15 Provisões

A evolução das provisões nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2017 é detalhada como se segue:

2016					
Provisões	Saldo inicial	Aumentos	Diminuições	Utilizações	Saldo final
Processos Judiciais em curso	93.011,75				93.011,75
Total em 31 de dezembro 2016	93.011,75				93.011,75

2017					
Provisões	Saldo inicial	Aumentos	Diminuições	Utilizações	Saldo final
Processos Judiciais em curso	93.011,75				93.011,75
Total em 31 de dezembro 2017	93.011,75				93.011,75

Esta provisão foi criada em 2015, e corresponde ao valor dos juros a suportar com garantias bancárias associadas a processos a decorrer contra a Autoridade Tributária.

16 Passivos financeiros

Fornecedores e outras contas a pagar

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 as rubricas de "Fornecedores e de "Outras contas a Pagar" apresentava a seguinte composição:

Passivos financeiros	2017	2016
Não corrente		
Outras contas a pagar		
Total	-	-
Corrente		
Fornecedores, conta corrente	633.551,51	857.965,40
Outras contas a pagar:		
Férias, Subsídios férias e outros encargos c/pessoal (1)	994.350,53	974.883,66
Fornecedores de imobilizado (2)	3.086.782,15	3.010.446,78
Outros credores	694.757,86	748.787,23
	4.775.890,54	4.734.117,67
Total	5.409.442,05	5.592.083,07

- (1) Férias, subsídios de férias e respetivos encargos, relativos ao exercício em análise, cujo vencimento e fluxo financeiro só irá ocorrer no exercício seguinte.
- (2) Na rubrica fornecedores de imobilizado o valor de 3.005.744,24 euro diz respeito às obras de remodelação da Sede da União das Misericórdias Portuguesas, ao fornecedor Edivisa-Empresa de Construções, S.A. – Grupo Visabeira. A dívida tem como suporte um contrato de permuta de terrenos entre a UMP e a Visabeira, o qual ainda não foi executado pela Visabeira.

17 Financiamentos obtidos

Os financiamentos obtidos em 31 dezembro de 2017 e 2016 são detalhados conforme se segue:

Valor em Dívida a 31-12-2016

Intituições Financeiras	Valor do Empréstimo	Total em dívida	Corrente	Não corrente
CEMG	2.500.000,00	1.674.448,71	179.980,50	1.494.468,21
CCAM	2.500.000,00	1.748.779,11	176.000,00	1.572.779,11
CCAM	10.347,88	23,09	23,09	
CCAM	500.000,00	495.000,00	495.000,00	
Millennium BCP	52.487,74	52.035,40	9.943,80	42.091,60
Millennium BCP	400.000,00	200.000,00	200.000,00	
Loações Financeiras (2)	155.334,11	85.895,21	31.949,53	53.945,68
Total	6.118.169,73	4.256.181,52	1.092.896,92	3.163.284,60

Valor em Dívida a 31-12-2017

Intituições Financeiras	Valor do Empréstimo	Total em dívida	Corrente	Não corrente
CEMG	2.500.000,00	1.493.208,16	185.917,95	1.307.290,21
CCAM	2.500.000,00	1.570.944,31	179.734,80	1.391.209,51
CCAM	305.000,00	305.000,00	305.000,00	
Novo banco	290.000,00	290.000,00	290.000,00	
Montepio Geral	170.000,00	170.000,00	170.000,00	
Millennium BCP	300.000,00	300.000,00	300.000,00	
Loações Financeiras (2)	145.497,89	81.528,44	23.022,35	58.506,09
Total	6.210.497,89	4.210.680,91	1.453.675,10	2.757.005,81

Loações Financeiras

O valor das Locações financeiras dizem respeito aos seguintes contratos:

(1)						2016					
Contrato	Data início	Data fim	Viatura	Valor contrato	Valor em dívida						
7002908	20-09-2011	20-10-2017	36-MB-75	38.180,00	7.433,31						
000470-03	25-09-2015	25-09-2018	64-QG-77	14.019,12	6.255,19						
21845	05-04-2016	05-04-2020	02-QX-29	27.134,99	16.596,95						
23482	20-12-2016	20-12-2020	65-SF-18	76.000,00	55.609,76						
Total				155.334,11	85.895,21						

(2)						2017					
Contrato	Data início	Data fim	Viatura	Valor contrato	Valor em dívida						
000470-03	25-09-2015	25-09-2018	64-QG-77	14.019,12	2.601,84						
21845	05-04-2016	05-04-2020	02-QX-29	27.134,99	11.618,75						
23482	20-12-2016	20-12-2020	65-SF-18	76.000,00	42.326,93						
000506-4	15-07-2017	15-07-2021	32-TC-99	14.171,89	12.490,46						
000507-2	15-07-2017	15-07-2021	12-TC-26	14.171,89	12.490,46						
Total				145.497,89	81.528,44						

18 Estado e Outros Entes Públicos

Em 31 de dezembro de 2017 e em 2016 as rubricas "Estado e outros entes públicos" apresentavam a seguinte composição:

	2017		2016	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Imposto sobre rendimentos Pessoas Singulares (IRS)	30,00	103.003,14		56.774,01
Imposto sobre valor acrescentado (IVA)	472.592,01	76.601,72	557.237,92	46.352,06
Contribuições para a segurança social		209.985,01		130.170,94
Outros Impostos	4.776,15	19.776,11	5.137,85	11.196,59
Total	477.398,16	409.365,98	562.375,77	244.493,60

Em 31 de dezembro de 2017, o Imposto sobre o Valor Acrescentado (Reembolsos pedidos) apresenta um saldo no Ativo no montante de 472.592,01 dos quais 37.974,01 diz respeito à restituição do IVA suportado pela UMP nas aquisições de bens ou serviços relacionados com a construção, manutenção e conservação dos seus imóveis, e aquisição de bens do imobilizado ao abrigo do nº1 do artigo 2º do Decreto-Lei nº20/90, de 13 de janeiro, e referente à restituição de IVA Suportado na aquisição de bens e serviços de alimentação da área social (n.º 3da Lei n.º 85-B/2014 de 31 de dezembro. O valor de 37.974,01 diz respeito a:

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

	2017	2016
	Alimentação, Serv.Construção, e Aquisição Imobilizado	Alimentação, Serv.Construção, e Aquisição Imobilizado
Saldo em 1 de janeiro	130.281,04	23.637,84
Pedidos de restituição	57.316,87	220.455,06
Total	187.597,91	244.092,90
Restituições pagas	149.623,90	113.811,86
Saldo em 31 de dezembro	37.974,01	130.281,04

A conta 2437 iva a recuperar no total de 21.800,16 diz respeito a valores cujos pedidos de restituição foram efetuados em 2018.

A conta 2439 - Processos Judiciais em Curso, apresenta um valor de 412.817,84, referente ao valor que se encontra em processo contra a Autoridade Tributária.

19 Rédito

O rédito reconhecido pela UMP nos exercícios de 2017 e 2016 é descrito da seguinte forma:

	2017	2016
Vendas de bens	175.462,01	733,10
Prestação de serviços		
Estabele. para Crianças e Jovens Com Deficiências	1.433.366,22	1.581.703,69
Invalidez e Reabilitação	216.739,28	115.602,98
Terceira Idade	514.209,80	501.093,03
Unidade de cuidados continuados	1.395.296,31	
Ensino Médio e Superior	1.370.879,97	1.337.238,38
Quotizações	1.018.874,06	833.815,00
Outros	2.026.738,78	1.839.090,32
	7.976.104,42	6.208.543,40
Total	8.151.566,43	6.209.276,50

A rubrica de Prestações de serviços "Outros" inclui o montante de 526.922 euros, referente à receita de bilheteira e das chamadas de valor acrescentado obtidas com o concerto "Juntos por Todos", realizado no MEO Arena, e com um concerto promovido pela Câmara Municipal de Aveiro. O total de rendimentos obtido com estes concertos foi de, aproximadamente, 957.663 euros (valor líquido de IVA), dos quais foram diferidos cerca de 430.741 Euros, por se encontrarem pendentes de execução financeira.

A rubrica de Prestações de serviço “Unidade de Cuidados Continuados”, no montante de 1.395.296,31 euros, diz respeito a faturação emitida a utentes deste serviço e que em anos anteriores se encontrava classificada na rúbrica de Subsídios, Doações e Legados à Exploração.

20 Subsídios, Doações e Legados à Exploração

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a UMP beneficiou dos seguintes subsídios à exploração:

	2017	2016
Subsídios à Exploração		
Instituto Segurança Social		
Estabele. para Crianças e Jovens Com Deficiencias	4.015.424,61	3.944.810,98
Invalidez e Reabilitacao	831.447,10	556.917,48
Familia e Comunidade	61.740,00	81.237,50
Terceira Idade	166.009,33	159.967,36
ISS-Outros	338.911,65	398.109,98
Outros:		
ARS/ISS		1.286.630,81
IEFP	134.047,41	251.003,11
DRELL	132.774,76	161.510,00
IFAP	22.812,81	33.938,33
POISE/FSE	454.898,30	132.428,86
Total	6.158.065,97	7.006.554,41

As participações do Instituto de Segurança social, estão relacionadas com os vários serviços prestados à comunidade pela UMP, e são definidos de acordo com o número de Utentes dos serviços participados.

Em 31 de dezembro de 2017 encontra-se registado na rubrica “Poise/FSE” um montante de 454.898,30 euros, relacionado com o subsídio para o Projeto Capacitação Institucional da União das Misericórdias Portuguesas, o qual teve o seu início em 1 de julho de 2016.

21 Fornecimentos e Serviços externos

A rubrica de “Fornecimentos e serviços externos” nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 é detalhada conforme segue:

	2017	2016
Subcontratos	609.967,56	1.696.678,41
Trabalhos especializados	1.563.085,31	1.485.781,20
Publicidade e propaganda	5.588,91	5.665,08
Vigilância e segurança	23.611,50	20.283,81
Honorários	984.502,71	719.585,16
Comissões		68.625,24
Conservação e reparação	482.617,12	174.086,18
Serviços bancários	28.709,06	31.173,57
Outros materiais	92.408,14	681.398,23
Eletricidade	243.032,90	255.441,64
Combustíveis	223.642,51	256.579,58
Água	56.187,73	60.687,31
Deslocações, estadas e transportes	176.490,63	80.805,16
Rendas e alugueres	208.821,91	227.944,55
Comunicação	83.544,95	86.389,79
Seguros	26.551,70	34.688,74
Contencioso e notariado	1.947,61	2.626,61
Despesas de Representação	3.951,60	67.682,16
Limpeza, higiene e conforto	339.049,56	175.972,89
Outros serviços	106.601,61	176.883,46
Total	5.260.313,02	6.308.978,77

22 Gastos com o pessoal

A rubrica de "Gastos com o pessoal" nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 é detalhada conforme segue:

	2017	2016
Remunerações certas	4.682.994,36	4.877.680,42
Remunerações adicionais	1.555.281,00	1.269.807,14
Outras remunerações	95.779,48	93.171,96
Encargos com remunerações	1.316.386,69	1.253.553,87
Seguros trabalho e doenças profissionais	79.617,08	44.478,23
Outros gastos com o pessoal	133.599,66	52.704,99
Total	7.863.658,27	7.591.396,61

O número médio de colaboradores ao serviço da Instituição durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 ascendeu a 561 e 523, respetivamente.

23 (Gastos) / Reversões de Depreciação e de Amortização

A decomposição da rubrica de "Gastos / reversões de depreciação e de amortização" nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e em 2016 é conforme segue:

	2017	2016
Ativos fixos tangíveis (Nota 6)	755.977,55	764.529,36
Ativos fixos intangíveis (Nota 7)	43.829,65	43.933,09
Total	799.807,20	808.462,45

24 Outros Rendimentos e Ganhos

A decomposição da rubrica de "Outros rendimentos e ganhos" nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e em 2016 é conforme segue:

	2017	2016
Rendimentos suplementares:		
Outros rendimentos suplementares	43.080,72	966.062,31
Descontos de pronto pagamento obtidos	14.899,63	
Diferenças de câmbio favoráveis		21.979,42
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	27.616,30	
Correções relativas a períodos anteriores	18.534,30	254.780,85
Imputação de subsídios para investimentos	231.263,15	221.352,07
Outros	307.852,76	730.576,45
Total	643.246,86	2.194.751,10

25 Outros Gastos e Perdas

A decomposição da rubrica de "Outros gastos e perdas" nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e em 2016 é conforme segue:

	2017	2016
Impostos	56.841,42	16.415,74
Correções relativas a períodos anteriores	107.972,19	237.922,11
Donativos	233.370,70	180,25
Quotizações	6.697,02	10.677,32
Gastos e perdas em investimentos não financeiros	2.710,50	
Outros	14.571,42	26.111,54
Total	422.163,25	291.306,96

26 Juros e outros rendimentos e gastos similares

Os gastos e perdas de financiamento reconhecidos no decurso dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e em 2016 são detalhados conforme segue:

	2017	2016
Juros suportados		
Financiamentos bancários	127.903,31	137.928,04
Outros gastos de financiamentos	32.166,21	20.795,20
Total	160.069,52	158.723,24

Os juros, dividendos e outros rendimentos similares reconhecidos no decurso dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e em 2016 são detalhados conforme segue:

	2017	2016
Juros Obtidos		
Depósitos em instituições de crédito	81,87	671,73
Total	81,87	671,73

27 Acontecimentos Após a Data do Balanço

Não são conhecidos outros eventos posteriores a 31 de dezembro de 2017 que possam influenciar a apresentação e interpretação das demonstrações financeiras reportadas a 31 de dezembro de 2017.